



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Secretaria-geral

NOTA DE ADMISSIBILIDADE

Forma da iniciativa:	Anteproposta de Lei
N.º da iniciativa/LEG/sessão:	8/XIII/1. ^a (E/63/2025)
Proponente/s:	Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP e a Representação Parlamentar do PPM
Título:	Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos
Resumo/Objeto:	A presente anteproposta de lei visa proceder à alteração do Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, que aprovou o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. Altera para o efeito os artigos 75.º (Âmbito) e 81.º(Outras utilizações).
Competência legislativa da ALRAA:	A ALRAA pode exercer o seu direito de iniciativa legislativa, mediante apresentação de proposta de lei, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 167.º, na alínea f) do n.º 1 do artigo 227.º e no n.º 1 do artigo 232.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 36.º do anexo à Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira alteração ao Estatuto Político- Administrativo da Região Autónoma dos Açores.
A iniciativa reúne os requisitos materiais e formais de admissibilidade?¹	Sim.

¹ Artigos 116.º e 119.º do Regimento da ALRAA.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**

Secretaria-geral

O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género?²	Sim.
O diploma a alterar carece de republicação?	Atendendo ao disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 6.º da Lei n.º 74/98, de 11 de novembro, na sua redação atual, a iniciativa parece não carecer de republicação.
A iniciativa versa sobre legislação do trabalho?³	Não.
A iniciativa versa sobre matéria respeitante às autarquias locais?⁴	Não.
A iniciativa versa sobre Orientações de Médio Prazo, Plano Regional Anual ou outras matérias de interesse para a respetiva ilha?⁵	Não.
A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento da Região Autónoma dos Açores?	Não.
A iniciativa respeita o limite de não renovação na mesma sessão legislativa?⁶	Sim.
Existem iniciativas, até ao momento da admissibilidade, sobre a matéria para apreciação (incluindo petições)?⁷	Não.

² Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro.

³ Artigo 124.º do Regimento da ALRAA, artigos 15.º e 16.º da LTFP e artigos 472.º a 475.º do CT.

⁴ Artigo 129.º do Regimento da ALRAA.

⁵ Artigo 130.º do Regimento da ALRAA

⁶ N.º 2 do artigo 116.º do Regimento da ALRAA e n.º 3 do artigo 45.º do EPARAA.

⁷ Artigo 126.º do Regimento da ALRAA



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**
Secretaria-geral

O proponente solicita a aplicação do processo de urgência?⁸	O proponente, no ofício que acompanha a iniciativa, solicita, ao abrigo do disposto no artigo 146.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 147.º do Regimento, a urgência com dispensa de exame em comissão.
Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:	Caso a Assembleia não aprove a deliberação de dispensa de exame em comissão, a Comissão de Assuntos Sociais será competente para apreciar a iniciativa. Matéria: Cultura
Outras Observações:	<p>A presente iniciativa parece-nos cumprir com os requisitos materiais e formais de admissibilidade, pelo que deverá ser admitida nos termos da alínea d) do artigo 22.º e do artigo 120.º do Regimento.</p> <p>Verifica-se, ainda, que no ofício que acompanha a iniciativa, o Grupo Parlamentar do PSD requer a fixação da agenda do período legislativo de janeiro de 2025 e, requer que a fixação constitua o primeiro ponto da agenda.</p> <p>Não obstante à utilização da figura regimental prevista no artigo 61.º, no que se refere ao direito à fixação da agenda, indica o n.º 1 do artigo 59.º do Regimento que na fixação da agenda compete ao Presidente da Assembleia a definição das prioridades das matérias segundo a precedência disposta nas alíneas do citado número.</p> <p>Neste sentido, somos de parecer que o requerimento constante do ofício deverá ser remetido pelo Sr. Presidente da Assembleia à Conferência de Líderes, para deliberação, no âmbito das competências dispostas no n.º 4 do artigo 56.º conjugado com os artigos 59.º e 26.º do Regimento.</p> <p>À consideração superior.</p>

O Jurista: Érico Capelo

Data: 08/01/2025

⁸ Artigos 146.º e 147.º do Regimento